



# ARRIBA

Nº. 20

Associação de Moradores dos Capuchos Março/Abril 2024

## Primavera em Abril

ALM  
ADA  
ABRIL

## Conteúdo

Editorial .....	2
O pós-25de Abril de 1974 e o livre associativismo .....	2
Tema de capa .....	3
Primavera em Abril: esperança e desilusão .....	3
Educação .....	4
O ensino antes e depois do 25 de Abril.....	4
Saúde.....	7
O antes e o depois.....	7
Cultura.....	8
“Onde é que estavas no 25 de abril?” .....	8
O 25 de Abril de 1974 nas minhas memórias .....	11
25 de Abril - Perspetiva de uma jovem que não o viveu, mas que é grata por ter acontecido .....	14
Arte.....	15
25 de Abril de 2024, por Carlos Canhão.....	15

**Este número é inteiramente dedicado aos 50 anos do 25 de Abril de 1974**

O “ARRIBA” é propriedade e edição da **Associação de Moradores dos Capuchos**

Publicação trimestral gratuita. Distribuição por e-mail.

Contactos:

Website: <https://moradorescapuchos.wixsite.com/capuchos>

Facebook: <https://www.Facebook.com/AMC-Associação-de-Moradores-dos-Capuchos-426610328116880/>

E-mail: [associacaomoradorescapuchos@gmail.com](mailto:associacaomoradorescapuchos@gmail.com)



## **Editorial**

### **O pós-25de Abril de 1974 e o livre associativismo**

O livre associativismo foi regulado logo após o 25 de Abril de 1974 através do D. L. 594/74, de 7 de Novembro, que refere: “O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade”. E a Constituição da República Portuguesa, no Artigo 265, Direitos e Competências, também salienta os direitos das “organizações de moradores”.

Estas disposições legais, e não só, têm reforçado as apetências e as iniciativas dos cidadãos em relação ao movimento associativo, incluindo as associações de moradores e, como consequência, um forte e diversificado crescimento do mesmo.

Outra importante consequência do 25 de Abril foi a descentralização em consonância com o crescente reforço dos poderes de decisão das Câmaras e das Juntas de Freguesia, ou seja, o reforço do designado Poder Local, com a intenção de aproximar do cidadão e do meio em que vive o poder de decisão sobre questões que a ambos dizem respeito. A aproximação à realidade reforça o seu conhecimento e desse modo beneficia/facilita a adequada decisão.

As associações de moradores, no âmbito das suas funções básicas, sobretudo em relação a situações relacionadas com a gestão/organização do espaço público da sua área de intervenção, existem para também desempenhar o importante papel de representação dos moradores/associados junto do poder local, especialmente junto das Câmaras e das Juntas de Freguesia, entidades que detêm a capacidade para decidir e resolver muitos dos principais problemas existentes nesse espaço público.

Naturalmente, a intervenção das associações de moradores junto do poder local terá tanta mais força quanto maior for o envolvimento dos moradores e associados, colaborando na identificação dos problemas e apresentando propostas de soluções adequadas e exequíveis.

Por outro lado, a citada descentralização visou democratizar o poder político aproximando-o dos cidadãos, criando estruturas atentas à voz das organizações que os representam,

Entre as autarquias locais e as associações culturais, recreativas, de moradores e outras tem de haver estrita colaboração para que aquele objectivo se cumpra, para que a gestão do território se faça com eficiência, em prol do bem-estar das populações. Assim, o ASSOCIATIVISMO PERDURARÁ!

José Carlos Rodrigues Nunes  
Presidente da Direcção

## Tema de capa

### Primavera em Abril: esperança e desilusão

Corria o ano de 1974, tinha eu 14 anos. O destino da minha geração seria combater em África numa guerra que já durava há 13 anos, a fim de defender o último império europeu. No dia 25 de Abril desse ano, os militares tomaram o poder e o povo tomou as ruas. A guerra acabou e, em 1975, África passava a contar com mais cinco estados independentes. Graças ao 25 de Abril, o autor deste artigo escapou à guerra e talvez à morte.

Ainda desse tempo, recordo-me também de que “não se podia dizer nada”, na rua e até em casa (alguém poderia estar à escuta na escada do prédio onde vivíamos); de 25 de Abril em diante foi o medo que se calou.

Quase sem dar por isso já lá vai meio século e muito aconteceu durante esse tempo. Estivemos à beira da guerra civil em 1975, passamos por três bancarrotas e consequente austeridade, entramos para a CEE/União Europeia, tivemos alguns (curtos) períodos de crescimento económico. Eis-nos chegados a 2024, e o que temos? Um dos países mais envelhecidos do mundo, o regresso da extrema-direita, uma vaga de emigração qualificada jovem (em vez dos emigrantes analfabetos que fugiam para França nos anos 60 do séc. XX), uma vaga pouco controlada de imigração não-qualificada, degradação de serviços públicos essenciais (educação, saúde, segurança), uma justiça lenta e cara (ótimo para a corrupção, um calvário para cidadão e empresas), uma parte significativa da população a viver de subsídios para não cair na pobreza, uma classe média com impostos para ricos. Ao fim de meio século e toneladas de dinheiro recebido de Bruxelas sabe a pouco.

E agora?

Há problemas comuns a toda a Europa, não exclusivamente nossos, contudo, quando se é país pobre tudo se complica. A lista das coisas a fazer é grande, mas saliento uma : um plano nacional de erradicação da pobreza. É claro que é muito ambicioso, mas o leitor conhece algum país que se tenha tornado rico sem ambição? Um plano dessa natureza mexe com tudo, desde a qualidade do ensino até ao ambiente, passando pela economia, fiscalidade, justiça, saúde, funcionamento do estado, etc, etc. Se não houver essa ambição, o Portugal do futuro será um país de pobres (sejam eles portugueses velhos ou estrangeiros jovens) e um paraíso para ricos.

Se queremos honrar o 25 de Abril, é isso que devemos fazer. Os cravos são bonitos, mas só servem para enfeitar.

Paulo Figueiredo

Nota: este artigo foi escrito de acordo com a grafia antiga

## Educação

### O ensino antes e depois do 25 de Abril

O ensino em Portugal experimentou uma transformação significativa após o 25 de abril, passando de um sistema elitista, centralizado e repressivo, para um sistema democrático, inclusivo e progressista. Essas mudanças refletiram os valores e princípios da democracia e dos direitos humanos, que foram estabelecidos após a Revolução dos Cravos.

O objetivo deste artigo não é comparar a educação de antes do 25 de Abril com a atual. Cinquenta anos passaram e os termos de comparação têm de ser ajustados. O objetivo é dar um brevíssimo panorama sobre a educação antes do 25 de abril e a sua evolução após a Revolução do 25 de abril. Devido à complexidade do tema e à limitação de espaço neste jornal, este panorama é obrigatoriamente muito superficial. Mas posso desde já acrescentar que o atual panorama não é muito risonho e, se nos compararmos com os restantes países da UE, saímos mal na fotografia...

Portugal, governado por Salazar e, posteriormente, por Marcelo Caetano, tinha um regime autoritário, fortemente centralizado e elitista, responsável por um enorme atraso económico, social e cultural, em comparação com os restantes países europeus. Isto refletia-se no sistema educacional controlado pelo Estado que, com o apoio da Igreja, considerava a educação um instrumento para manter o status quo e preservar o poder do regime



O ensino era altamente hierárquico e influenciado pela ideologia do regime, com ênfase na moral, na religião e na formação de cidadãos obedientes e leais ao governo. A liberdade académica não existia. Havia uma forte censura e controle ideológico, apoiado numa narrativa nacionalista e conservadora nas escolas, com

uma visão tradicionalista da história, cultura e valores portugueses, mesmo que muitos fossem condenados pelo resto do mundo. Quem não se lembra do “orgulhosamente sós?”



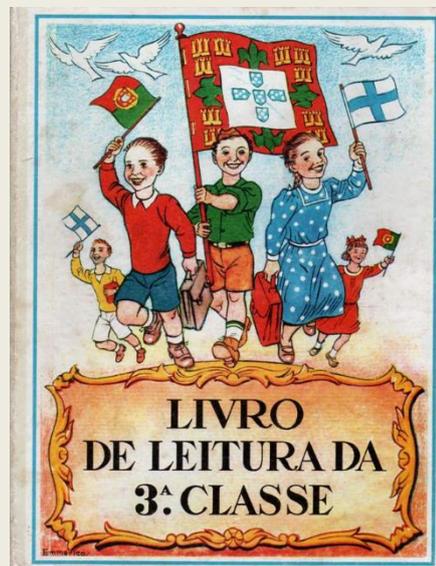
O acesso à educação era limitado e com poucas oportunidades, especialmente para as classes rurais e mais desfavorecidas da sociedade (a grande maioria da população). O analfabetismo era o mais elevado dos países europeus e a taxa de escolaridade a mais baixa. A educação era destinada para as classes mais privilegiadas. Esta política gerou uma população inculta, desfavorecida e pouco instruída, expressa por números negativamente impressionantes. Segundo dados dos Censos, em 1960 cerca de 67% da população residente em Portugal, com mais de 15 anos, não possuía qualquer nível de escolaridade. Destes, alguns sabiam apenas assinar o seu nome e pouco mais.

No mesmo ano, tínhamos 3% da população residente (com mais de 15 anos) com o ensino secundário e apenas 0,6% com o ensino superior!

Além disso, havia uma forte censura na educação, com o governo a controlar os currículos e o conteúdo das aulas para promover os valores e a ideologia do Estado Novo, além de grandes restrições à liberdade académica.

Os manuais escolares eram únicos e universais para todas as escolas do país. Quem fez a escola primária antes do 25 de abril, lembra-se facilmente das capas dos livros primários, como esta da 3ª classe.

Outro problema significativo era a falta de investimento adequado no sistema educacional, resultando em infraestruturas precárias, falta de recursos didáticos e salários baixos para os professores. Isso afetava diretamente a



qualidade do ensino e comprometia as oportunidades de aprendizagem dos alunos.

Em resumo, o maior problema do ensino antes do 25 de abril em Portugal era a combinação de exclusão social, repressão política e falta de investimento, que limitava o acesso à educação e reprimia o desenvolvimento intelectual e social da população.

Apesar dos grandes progressos registados na educação em Portugal e, em particular no ensino superior, esta ainda continua muito distante da generalidade dos países da Europa. Se compararmos alguns números com os nossos mais diretos competidores na União Europeia, verificamos o atual atraso educacional.

De acordo com a PORDATA, baseada em dados do Eurostat, em 2022 tínhamos 40% da população entre os 25 e os 65 anos, sem concluir o secundário (em 1992 era de 80% e em 1960 era 97%). Apesar do esforço, continuamos o pior país da União Europeia neste indicador, embora o fosso tenha diminuído: a Croácia tem 12%, a Roménia 18,1%, a Hungria 13%, a Polónia 6,5% e a Grécia 19,2%; até mesmo a Bulgária, atualmente o país mais pobre da EU, tem 16% da população entre os 25 e os 65 anos sem o ensino secundário, menos de metade comparando com Portugal.

E estes números não acontecem por azar. A falta de investimento na educação, a desigualdade social e económica com muitos alunos a enfrentar situações de pobreza, a grande dimensão das turmas, a burocracia e a centralização num ministério gigantesco mais as suas Direções Regionais, a falta de inovação e adaptação dos currículos às novas exigências das empresas e da sociedade ou a formação e a desvalorização dos professores levando ao afastamento da profissão. Como resultado, todos os anos milhares de alunos não têm aulas a pelo menos uma disciplina, por falta de professor.

O diagnóstico é conhecido e o que falta fazer também. É necessário investir mais em infraestruturas e recursos, valorizar os professores, atualizar e adaptar os currículos, incentivar a participação das comunidades na vida da escola, combater as desigualdades socioeconómicas, apoiar a inclusão e a diversidade, inovar e avaliar o estado da educação, promover a literacia e a numeracia, fomentar a autonomia das escolas e incentivar a aprendizagem ativa e prática, adaptada ao século XXI. Isto seria um bom começo!

O atual panorama é preocupante se tivermos em conta que a escola pública desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação acessível e inclusiva para todos. E na atual sociedade de informação, o capital humano é o ativo mais importante de qualquer nação. Apesar de estarmos perante a geração mais instruída de Portugal, estes ativos não abundam e, muitas vezes, são forçados a saírem do país, devido à política de baixos salários vigente em Portugal.

João Paulo Curto

# Saúde

## O antes e o depois

Antes do 25 de Abril não havia serviço de saúde universal, a saúde estava a cargo das famílias, das instituições privadas ou da previdência.

"No dia 15 de setembro de 1979 foi publicada, em Diário da República, a Lei nº 56/79 que criou o Serviço Nacional de Saúde (SNS), concretizando o direito à proteção da saúde, a prestação de cuidados globais de saúde e o acesso a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, nos termos da constituição.

Nos últimos 40 anos, o SNS gerou ganhos em saúde que colocaram Portugal num lugar cimeiro no que se refere à qualidade de vida de milhões de cidadãos e reduziu muitas das desigualdades na sociedade portuguesa.

Ao longo destas quatro décadas, Portugal manteve-se entre os países da OCDE com menores taxas de internamento por problemas de saúde sensíveis aos cuidados de saúde primários e à diminuição da incapacidade permanente. Temos assistido ao aumento da esperança de vida saudável à nascença para homens e mulheres, à diminuição da percentagem de pessoas que consideram não ter as suas necessidades de saúde satisfeitas, bem como ao aumento da percentagem de portugueses que classificam a sua saúde como boa ou muito boa."

As frases acima foram transcritas do portal do SNS e não são propaganda, basta consultar as várias estatísticas internacionais para concluir que Portugal chegou a ter um dos melhores serviços de saúde do Mundo (a urgência pediátrica do Garcia de Orta foi em tempos referência internacional). Sugerimos ao leitor que dê uma vista de olhos os sítios da Internet a seguir apresentados.

<https://ensina.rtp.pt/artigo/da-democracia-nasceu-o-servico-nacional-de-saude/>

<https://www.sns.gov.pt/sns/servico-nacional-de-saude/historia-do-sns/>

[https://www.wikiwand.com/pt/Lista de pa%C3%ADses por %C3%ADndice de mortalidade infantil](https://www.wikiwand.com/pt/Lista_de_pa%C3%ADses_por_%C3%ADndice_de_mortalidade_infantil)

Infelizmente, o desinvestimento, a má gestão, decisões políticas erradas e os interesses privados escondidos atrás de partidos políticos, conduziram à situação actual do SNS, todavia, extinguir este não é solução. Sem prejuízo de trazer os privados para dentro do sistema, não devemos entregar completamente a estes a saúde dos portugueses, sobretudo os mais desfavorecidos. A saúde é, antes de mais, um direito humano básico e um serviço universal de saúde é uma conquista da civilização.

Paulo Figueiredo

## Cultura

### “Onde é que estavas no 25 de abril?”

Abril foi há 50 anos!... Há uma vida... há muitas vidas atrás!... E, no entanto, na minha memória, continua vivo! E continuam vivos, também, os valores que inspiraram Abril. E os que Abril nos inspirou. Abril, para muitos de nós, significa o dia em que nascemos, politicamente, para o mundo.

O dia da pureza original!

Como falar do 25 de abril sem cair em nenhum dos erros que, por excesso ou por defeito, deturpam ou menorizam o seu significado? Lembrei-me da pergunta que o jornalista Batista Bastos colocava durante o período revolucionário que se seguiu ao 25 de abril: “Onde é que estavas no 25 de abril?”. É a essa pergunta que vou tentar responder. E, no final, acrescentar uma outra pergunta: “Onde estamos hoje?” ... Escrevo estas linhas em 10 de março de 2024.

### Onde estava.

Naturalmente que a intenção de Batista Bastos não era saber onde nos encontrávamos fisicamente. Mas vou começar por aí.

Era uma manhã fria e nevoenta. Nessa altura eu vivia no Barreiro e trabalhava no Banco Totta & Açores em Lisboa, na Rua do Ouro. Entrava no Banco às 8H30, pelo que saí de casa cerca das 7H30 para apanhar o barco. No caminho para a estação reparei em vários pequenos grupos de pessoas que se juntavam em torno do que parecia ser um rádio portátil. Junto à estação já não eram pequenos grupos: toda a estação estava em alvoroço.



Antiga estação fluvial do Barreiro. (Hoje desativada.)

Todos tentavam explicar uns aos outros o seu entendimento do que se passava, mesmo sem saber ao certo o que se passava – tinham ouvido a outros que também não entendiam bem.

Muita gente voltava atrás, regressava a casa, pois era nesse sentido o apelo ouvido na rádio.

Encontrei-me com alguns colegas de trabalho e, em conjunto, resolvemos continuar, uma vez que os barcos estavam a funcionar. E lá embarcámos.

Durante o trajeto (cerca de meia hora) trocávamos impressões sobre como interpretar a situação. Quase todos estávamos (éramos) otimistas, dominados por um pressentimento que ainda hesitávamos em assumir. – Mas, e se é um golpe do Kaúlza? Não é nada, pá! Não ouviste a música? É a nossa música! Pois, mas quem é que a está a utilizar? Já iremos perceber quando chegarmos. Mas cheira-me que é hoje...

E, assim, desembarcámos no Terreiro do Paço. Deparámos com uma praça vazia, sem transito, ocupada por autometralhadoras e carros de combate. À entrada da praça um soldado impediu-nos de a atravessar e apontou-nos a direção do Cais do Sodré. Para aí nos dirigimos observando que, do outro lado, entre o Arco da Rua Augusta e a Rua do Arsenal havia alguma agitação. Na altura não sabia, mas era o momento em que o Capitão Salgueiro Maia fazia frente ao brigadeiro Junqueira dos Reis: o momento-chave do 25 de Abril, como, mais tarde, o próprio Salgueiro Maia o definiu.



Seguindo até ao Cais do Sodré, subimos pela Travessa do Cotovelo, descemos a Calçada de São Francisco e chegámos à Rua do Ouro. Os Bancos estavam encerrados, mas a rua estava cheia de empregados bancários e de soldados. Dissipadas já todas as dúvidas, daí partimos, numa euforia, para uma deambulação pelas ruas de Lisboa, durante todo o dia.

Terreiro do Paço. Manhã de 25 de Abril de 1974

É difícil descrever o que senti nesse dia. Era como se o mundo tivesse encolhido até ao ponto de tudo ficar mais perto, ao alcance das mãos. Nas ruas só via sorrisos e modos amigáveis de toda a gente. Éramos todos iguais. No Rossio, uma vendedeira de flores oferecia cravos aos soldados. Pessoas abraçavam-se emocionadas. Algumas chorando. Outras rindo, eufóricas. Todas elas felizes. Gente feliz com lágrimas... O mundo era nosso!

## Onde estamos hoje?

Escrevo estas linhas alguns dias depois de 10 de março...

No princípio era simples: estávamos todos do mesmo lado. O lado da Liberdade e da Democracia. E todos queríamos solução para os mesmos problemas: a paz, o pão, a habitação, saúde e educação, como na canção de Sérgio Godinho.

Hoje, as coisas são muito diferentes. A incapacidade e, por vezes, o desinteresse revelado por sucessivos governos para resolver alguns problemas, as promessas não cumpridas, os boatos e golpes sujos das lutas partidárias e os casos de corrupção (ou apenas a suspeita) geraram, na população, um crescente descrédito sobre a classe política.

Esse descrédito acabou por beneficiar, nas urnas, as forças populistas que se posicionam contra o sistema (e que ajudaram, deliberadamente, a instalar o descrédito...). É o drama da democracia: permite que forças que pretendem a sua destruição se sirvam dela própria para atingirem o seu objetivo.

Dir-se-á que isso está a acontecer por toda a Europa. E não só. É verdade, mas em Portugal o perigo é maior porque, dada a fraca consciência cívica da população, é mais fácil o engano.



À laia de conclusão: estamos muito longe dos valores de Abril! Quase a precisar de um novo Abril...

Quanto a mim, pessoalmente, estou onde sempre estive. E vou continuar a estar! Haja o que houver!

Capuchos, 10 a 15 de março de 2024  
Ferrer Asturiano

<https://www.youtube.com/watch?v=h4julkdR7Ic>

Clique no link para ver o vídeo

## O 25 de Abril de 1974 nas minhas memórias

Em 2024, faz 50 anos, que a Revolução de Abril foi desencadeada após o levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA) e constituiu um dos mais importantes acontecimentos da História de Portugal, tendo derrotado o regime fascista, a opressão, o esmagamento das liberdades e dos direitos fundamentais do povo português.

O fascismo foi guerra, miséria, fome, trabalho infantil, elitismo, salários de miséria e perda de soberania do país. Nesse período de 48 anos de ditadura fascista, muitos democratas, homens e mulheres, resistiram e lutaram pela liberdade e democracia, enfrentando privações, prisões, tortura e até a morte. Por isso, a mais justa homenagem que lhes podemos prestar será comemorar os 50 anos da Revolução de Abril, a lutar pela democracia, a salvaguardar a liberdade como direito supremo.



Vivi 24 anos da minha vida, durante os 48 anos da ditadura, sofrendo na pele as consequências nefastas de tal sistema político, cerceador das liberdades e direitos que todo o ser humano deve ter.

As condições de trabalho eram miseráveis em retribuição, segurança e saúde. Os sindicatos corporativos estavam controlados pelo regime. As crianças, começavam a trabalhar para ajudar a diminuir a miséria dos pais. Fui trabalhar com 11 anos na construção civil, quando ainda brincava e devia estudar.



Era o que acontecia à maioria das crianças, vi muitas e também adultos, andarem descalços em Vila Nova da Caparica e Capuchos. Eram poucas as crianças que prosseguiram estudos após terminar a 4ª classe, eram raríssimas aquelas que frequentavam cursos superiores. Crianças e jovens eram orientados a fazer parte da “Mocidade Portuguesa”, organização de cariz fascista, tal como a “Legião Portuguesa”, para os adultos, semelhante ao que acontecia na Alemanha nazi e Itália de Mussolini.

O regime para se perpetuar precisava do povo ignorante, analfabeto e mais submisso. Estava-lhes destinado ser triste, cabisbaixo, fatalista e de aceitação incondicional.



Às mulheres era imposta uma vida dolorosa, dependente dos maridos, sem voz, sujeitas à mais atroz violência doméstica. Para se ausentar do país era obrigatória a autorização dos maridos. Estava apenas destinado a ter filhos, tratar deles, do marido e do governo da casa, eram as “Fadas do Lar”. Era-lhes vedado o direito de voto, tal como aos homens.

As habitações eram péssimas e doentias, algumas eram barracas, à volta de Lisboa existiam milhares, onde as pessoas se amontoavam e viviam miseravelmente. Muitos portugueses/as emigraram para fugir à miséria, exploração e estagnação do país. Na saúde, as condições eram péssimas. A guerra colonial, com início nos anos 60 do século XX, levou ao massacre das populações locais, de milhares de jovens portugueses mortos, estropiados, feridos e os que ainda sobreviveram, com graves doenças pós-traumáticas.

Havia a censura política e ideológica à cultura, escrita, poesia, na imagem, na música, teatro, televisão, artes plásticas, o regime controlava tudo. Nada saía a público sem que os censores examinassem e riscassem com o “lápiz azul”, mutilando textos, o que fosse, que não estivesse à medida do regime fascista. Dois exemplos: ao fotógrafo Eduardo Gageiro censuraram foto de uma nazarena a puxar as redes de pesca, com expressão de sofrimento, o censor proibiu-a dizendo “Porque não põe antes uma foto de paisagem, Portugal é tão lindo!”; o tão conhecido poeta David Mourão-Ferreira, que passava temporadas nos Capuchos, foi censurado inúmeras vezes nos seus poemas, ou eram proibidos ou vinham mutilados tornando-os sem sentido.

A ditadura fascista tinha uma polícia política tenebrosa, a PIDE, e uma rede sinistra de informadores, que se infiltraram em todo o lado. A PIDE perseguia, torturava e matava. O meu avô Eugénio Correia, por razões políticas, foi expulso da função pública e preso em Caxias, levaram-lhe de casa livros proibidos. Quando saiu, continuou a ser perseguido e foi preso mais vezes nas vésperas do 1º de Maio. A PIDE praticava crimes hediondos em defesa do regime e do poder económico que o suportava, expresso na fusão do Estado com os grandes grupos económicos e financeiros pertencentes a famílias poderosas, entre elas os Champalimaud, os Melo e os Espírito-Santo.

Em 25 de Abril de 1974, eu trabalhava na Sociedade de Reparações de Navios, Ginjal, Cacilhas; lembro-me de estar em casa a fazer a barba, com a telefonia ligada, pelas 6,30h da manhã, oiço a notícia de uma operação militar em curso e o apelo para que ninguém saísse de casa. Decidi sair para a empresa, tal como muitos milhares de trabalhadores, o povo saiu à rua, sendo inesquecível a forma decidida no apoio ao movimento dos Capitães de Abril.



Com uma alegria indescritível, nunca vista nos rostos das pessoas, determinadas a conquistar uma vida melhor e construir um bom futuro para Portugal. A revolução alterou profundamente toda a realidade nacional, desencadeou profundas transformações democráticas,

restituiu a liberdade aos portugueses/as, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. Terminou a guerra colonial e o poder foi transferido para os povos colonizados. Os trabalhadores e o povo em geral mobilizaram-se, participando nas mais variadas estruturas organizativas, da sua vontade de construir um futuro risonho para os seus filhos e netos, entre outras, sindicatos, comissões de trabalhadores e moradores, associações, coletividades e poder local democrático.

Assim, foram criadas condições para a participação plena na construção de um país liberto e desenvolvido. Contudo, com o decorrer dos anos, este envolvimento dos trabalhadores e do povo, foi perdendo entusiasmo e esperança, por força das políticas dos governos sucessivos, contrárias ao cumprimento da Constituição, levando ao descrédito e à desilusão.

É neste momento que estamos; os que tudo fizeram e fazem, para que a Constituição não se cumpra, para o descrédito do 25 de Abril de 1974, são exatamente os mesmos que agora surgem como “arautos da salvação” da grave situação política, social, económica e cultural do país, de que eles próprios são responsáveis.

Eduardo Gomes

## **25 de Abril - Perspetiva de uma jovem que não o viveu, mas que é grata por ter acontecido**

A queda da ditadura. E que bonita queda foi, talvez a mais bela de todas. daquelas em que o povo se uniu para provocar, como deitar abaixo uma parede que em tempos parecia indestrutível apenas por ser intocável. A opressão, a censura, a não liberdade cimentavam essa parede. O medo de fazer e de se poder ser regia o dia-a-dia, as rotinas de uma sociedade, em tempos, intocável.

Pensar que hoje não teríamos acesso gratuito à educação e à saúde, que a dita liberdade de expressão seria por si só motivo para se aprisionar uma pessoa, é um pensamento difícil até de produzir, parece algo inimaginável. Daí que o único sentimento que causa em mim é de gratidão, por ter nascido sem paredes para derrubar, mas com paredes possíveis de cimentar.

A democracia não é para mim questionável, por mais descontente e desafeto que o povo esteja. Apenas a qualidade dessa democracia deve ser alvo de questionamento, porque afinal de contas o povo uniu-se para destruir, mas parece estar a dividir-se para construir.

Mariana Figueiredo,  
nascida em 2001

## Arte

25 de Abril de 2024, por Carlos Canhão

